



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo descrever os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para subsidiar o processo licitatório, demonstrando sua viabilidade e conveniência. Seu conteúdo dependerá da natureza da solução a ser licitada, sendo mais complexo e minucioso na medida em que a contratação assim exigir. Ele será elaborado com base nas informações constantes do Estudo Técnico preliminar.

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa fornecedora de unidades UPS - Fonte de Energia Ininterrupta (No Breaks), em regime de Locação, com instalação, manutenção corretiva e preventiva para o CREA-SP.

2 - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 2.1**
- 1** Continuidade dos serviços críticos: Em um ambiente de servidores que sustentam os aplicativos e serviços de rede essenciais para o CREA-SP, a interrupção repentina de energia pode resultar em uma paralisação completa ou parcial das operações. Os nobreaks oferecem uma fonte de alimentação ininterrupta, garantindo a continuidade dos serviços críticos mesmo em casos de quedas de energia, protegendo o funcionamento essencial do órgão.
 - 2** Redução do tempo de inatividade: A indisponibilidade dos serviços online do CREA-SP pode causar grandes transtornos, prejudicando o acesso dos usuários aos recursos oferecidos pela instituição. Os nobreaks permitem que os sistemas continuem operando durante a transição para outras fontes de energia, reduzindo significativamente o tempo de inatividade e mantendo a produtividade do órgão.
 - 3** Proteção contra picos e surtos de energia: Além de fornecer energia contínua durante falhas na rede elétrica, os nobreaks também atuam como protetores contra picos e surtos de energia, que podem ocorrer devido a descargas atmosféricas ou instabilidades na rede elétrica. Esses picos podem danificar o hardware dos servidores e causar perda de dados importantes, mas os nobreaks evitam esses problemas, protegendo os equipamentos sensíveis.
 - 4** Integridade dos dados e prevenção contra corrupção: Os servidores que suportam os serviços do CREA-SP geralmente lidam com um grande volume de dados, incluindo informações críticas dos profissionais registrados, documentos importantes e processos em andamento. A falta de energia abrupta pode levar à corrupção de dados, resultando em perda de informações valiosas. Com nobreaks em operação, é possível evitar esse risco e garantir a integridade dos dados, preservando a segurança e a confidencialidade das informações.
 - 5** Adesão aos padrões de qualidade e segurança: O CREA-SP é uma instituição que busca aderir a padrões de qualidade, eficiência e segurança em seus serviços. A presença de nobreaks no ambiente de servidores é uma medida fundamental para cumprir com esses requisitos, garantindo um nível elevado de disponibilidade, confiabilidade e segurança dos serviços prestados aos usuários.
 - 6** Mitigação de falhas humanas: Eventuais erros humanos, como desconectar acidentalmente o cabo de alimentação ou falhas na configuração elétrica, podem ocorrer em qualquer ambiente de trabalho. Nesses casos, os nobreaks atuam como uma camada adicional de proteção, evitando que tais equívocos resultem em interrupções críticas nos serviços, minimizando os impactos dessas falhas.

Concluindo, a presença de nobreaks em um ambiente de servidores que suportam todos os aplicativos e serviços de rede, incluindo a internet para o CREA-SP, é de vital importância para garantir a continuidade das operações, a segurança dos dados e a prestação ininterrupta de serviços essenciais. Essa infraestrutura reforçada possibilita que o órgão cumpra com suas responsabilidades de forma eficiente e confiável, mantendo sua reputação e garantindo a satisfação dos usuários.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

3.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de No-Breaks, em regime de Locação, conforme tabela abaixo e endereços no item Locais de Entrega deste edital:

Item	Descrição	Quantidade (Meses)	Apuração
1	Fornecimento de 2 (duas) UPS ligadas em paralelismo ativo (Para a unidade Faria Lima do CREA-SP) Tipo 1 com instalação, cabeamento, manutenção e suporte, conforme especificação técnica	36	Mensal
2	Fornecimento de 2 (duas) UPS (Uma para unidade Centro e outra para unidade Angélica) Tipo 2 com instalação, manutenção e suporte, conforme especificação técnica	36	Mensal

4

- DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES

4.1 - Especificações Técnicas

4.1.1

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS:

TIPO 1 - PARA UNIDADE FARIA LIMA

Uma Unidade com capacidade de 60 Kva modular trifásico, tensão de entrada 220/127V e tensão de saída 380/220V, com banco de bateria Tipo Selada VRLA independente para autonomia mínima de 30 minutos à plena carga, forma de onda senoidal com possibilidade de operação paralelo redundante ativo e passivo com caminho alternativo, sendo que o sistema deverá ser alimentado permanentemente pelo inversor, com rede presente, ou não.

Das Especificações de Entrada

Configuração de Fase Trifásico de 60 KVA modular (FFFN+T);

Fator de potência > 0,99 (sob condições normais)

Tensão de entrada: 220/127VCA 60Hz;

Compatível com Gerador

O Sistema UPS deverá ter disponibilidade de dupla alimentação de energia, isto é, uma alimentação via entrada retificadora e outra via entrada de ramo By-Pass (estático-manual)

Das Especificações de Saída:

Configuração de Fases Trifásico de 60 KVA modular (FFFN+T);

Tensão compatível com ambiente de instalação dos equipamentos;

Tensão de saída: 380/220VCA - 60 Hz;

Tensão de Fase-Neutro 220VCA – 60Hz;

Configuração de Fases Trifásico de 60 KVA (FFFN+T)

Forma de onda Senoidal Pura;

Fator de potência Mínimo 0,9;

Do Sistema

On-Line Dupla Conversão

Tecnologia DSP (Processador Digital de Sinais)

UPS Modular

Das Proteções

Tensão de Entrada/saída Sobretensão e subtensão;

Emergência EPO – Emergency Power Off (desligamento de Emergência)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Barramento CC Sobreensão, subtensão e sobrecarga;

O sistema UPS deve ser capaz de suporta, no mínimo 150% de carga por um período de 01 minuto, comutando automaticamente para By-pass estático caso estes limites sejam ultrapassados;

O sistema UPS deve monitorar o status e continuar carregando as baterias mesmo quando em By-pass estático, e ainda assim regular o carregamento evitando aquecimento das baterias;

O sistema UPS deve fornecer saída em forma de onda senoidal, quando em operação normal ou em baterias, com regulação estática de 1%, isolada de anomalias na entrada, tais como ruídos de chaveamento, afundamentos ou elevações momentâneas de tensão, surtos, sub tensão severa e/ou perda de uma ou mais fases;

Possuir transformador isolador na Saída interno ao no Break;

Rendimento global mínimo do equipamento: 95%;

Distorção harmônica mínima: <02%;

DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Tipo de Onda Senoidal

Frequência: 60 Hz;

Transformado Isolador

Banco de Bateria Tipo Selada VRLA independente por No-Break;

Paralelo redundante ativo e passivo

Deve possuir acesso remoto via rede 3/4/5 G para verificação do seu status e logs de eventos à distância

O sistema UPS deverá ter eficiência energética de no mínimo 95% e baterias com capacidade para suportar no mínimo 30 (trinta) minutos de operação à plena carga;

DOS RECURSOS ADICIONAIS

Retirada de módulos para manutenção sem o desligamento total do sistema (hot swap)

Deteção automática dos módulos após o sistema em funcionamento (Plug and Play)

Protocolo SNMP e TCP/IP, com porta RJ45 padrão ethernet, de modo que o no-break possa ser gerenciado remotamente

Envio de comandos para equipamentos com sistema operacionais Linux e Windows, com a possibilidade de envio de comandos de desligamento seletivo e execução de scripts antes do desligamento;

Envio de e-mails de alertas

DAS ESPECIFICAÇÕES DO DISPLAY

LED: indicação de falha e status de trabalho do UPS;

Log de eventos: via display

Display LCD com as seguintes informações mínimas: Tensão/Frequência de entrada/saída, tensão de bateria, carga de bateria, potência de saída.

DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ALARMES

Alertas sonoros que indicam:

Bateria em descarga - “resetável”

Bateria em final de descarga - “resetável”

Sobrecarga - “resetável”

Em by-pass automático - “resetável”

Sobretemperatura - “Resetável”

CA alta/baixa na saída - “resetável”

Sub/Sobreensão na Bateria - “resetável”

Sobreensão no barramento CC - “resetável”

DAS ESPECIFICAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

No mínimo 01 (uma) porta de contato seco;

No mínimo 01 (uma) porta RJ-45;

No mínimo 01 (uma) porta serial RS-232;

Das especificações de características físicas

Ruído de 1m<50db;

Movimentação: niveladores de altura para piso irregular;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Grau de proteção IP21 ou superior

DAS ESPECIFICAÇÕES DE CHAVE ESTÁTICA

By-pass automático e Manual

By-Pass com supressores de surto

O sistema deverá possuir chaveamento mecânico (By-pass) para manutenção, de forma a isolar totalmente os circuitos alimentadores e de fornecimento

DAS ESPECIFICAÇÕES DE BATERIA

Tipo VRLA (Value Regulated Lead Acis) reguladas por válvula e AGM (Absorted Glass Mate);

Corrente de carga Configurável via display ou gerenciada pelo próprio NoBreak;

DO MÓDULO SNMP

Monitoramento remoto do No Break;

Interface de conexão Ethernet RJ45;

Informações e alterações de configurações via navegador de internet

Envio de alarmes e relatórios via e-mail

TIPO 2 – PARA AS UNIDADES ANGÉLICA E CENTRO

Especificações Gerais:

a) Potência: 15KVA / 15KW

b) Tipo Online de dupla conversão – tipo de onda senoidal;

c) Tensão de Entrada: 220 V (FF ou FN);

d) Tensão de Saída: 220V ou 110V (FN);

e) Frequência: 60 Hz;

f) Transformador Isolador;

g) Bateria Tipo Selada VRLA;

h) Possuir acesso remoto para verificação de status e logs de eventos a distância. Dispor de sistema de envio automático de e-mails em caso de alarmes e falhas nas seguintes condições:

Falha de rede;

Retorno de rede;

Equipamento em By-pass;

Bateria em Descarga;

Bateria em Fim de descarga;

Sobrecarga;

Sobretensão;

i) O sistema UPS deverá ter eficiência energética de no mínimo 98%, e baterias com capacidade para suportar no mínimo 6 (seis) horas de operação à plena carga;

Dos padrões técnicos e reguladores para prestação dos serviços:

a) ABNT NBR 15014 – Sistema de alimentação de potência ininterrupta, com saída em corrente alternada (Nobreak);

b) ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;

c) NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

Das especificações de Entrada:

compatível com gerador;

O sistema de UPS deverá ter disponibilidade de dupla alimentação de energia, isto é, uma alimentação via entrada retificadora e outra via entrada de ramo Bypass (estático/manual).

Do Sistema

Dupla conversão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Tecnologia DSP (Processador Digital de Sinais)

Das Proteções:

Tensão de entrada/saída Sobretensão e subtensão;

Emergência EPO - Emergency Power Off (desligamento de emergência);

Barramento CC Sobretensão, subtensão e sobrecarga;

O Sistema UPS deve ser capaz de suportar no mínimo, 110% de carga por um período de até 05 minutos, e no mínimo 120% de carga por um período de 01 minuto, comutando automaticamente para By-pass estático caso estes limites sejam ultrapassados;

O sistema UPS deve monitorar o estado o status e continuar carregando as baterias mesmo quando em By-pass estático, e controle para regular o carregamento evitando aquecimento das baterias;

O sistema UPS deve fornecer saída em forma de onda senoidal, quando em operação normal ou em baterias, com regulação estática de 1%, isolada de anomalias na entrada, tais como ruídos de chaveamento, afundamentos ou elevações momentâneas de tensão, surtos, sub-tensão severa e/ou perda de uma ou mais fases;

Possuir transformador Isolador na Saída interno ao no break;

Rendimento Global mínimo do equipamento: 95%;

Distorção Harmônica mínima: < 02%.

Das especificações do Display:

LED: Indicação de falha e Status de trabalho do UPS;

Log de Eventos: via display;

Display LCD.

Das Especificações das Características Físicas:

Ruído até 1 m < 50db;

Movimentação: niveladores de altura para piso irregular;

Grau de proteção IP21 ou superior.

Das Especificações de Chave Estática:

By-pass Automático e Manual;

By-pass com supressores de surto;

O sistema deverá possuir chaveamento mecânico (By-pass) para manutenção, de forma a isolar totalmente os circuitos alimentadores e de fornecimento.

Das Especificações das Baterias:

Tipo VRLA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula e AGM (Absorbed Glass Mate);

Corrente de carga gerenciada pelo próprio No Break.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

As especificações gerais são aplicadas a todos os equipamentos e serviços fornecidos

A Contratada deverá garantir que a solução tenha disponibilidade de 99% (noventa e nove), a ser medida mensalmente através de ferramenta disponibilizada pela CONTRATADA, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE e sem prejuízo de ferramentas que a própria contratante possa disponibilizar.

A CONTRATADA deverá realizar a instalação de todos os equipamentos necessários, e fornecer todos o material necessário para tal, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.

Esta aquisição não contempla aquisição por parte da CONTRATANTE, de nenhum produto, seja ele Hardware ou software.

Os serviços de instalação e configuração do sistema deverão ser compatíveis em termos lógicos, elétricos e físicos ao ambiente tecnologico do CREA-SP.

Os equipamentos serão testados no momento da entrega, certificando assim que estão em perfeitas condições de uso afim de comprovar a qualidade e atendimento aos requisitos técnicos solicitados.

Deverão ser instalados equipamentos em perfeito estado de uso e funcionais.

Todos os equipamentos e módulos de bateria devem ser instalados e configurados na infraestrutura existente, sendo de responsabilidade da CONTRATADA os ajustes e o fornecimento de acessórios necessários para a interligação com a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

estrutura existente, tais como cabos elétricos, disjuntores, conectores, quadros, parafusos, fusíveis, e até mesmo os serviços de alvenaria necessários para a plena instalação do equipamento no devido local.

A CONTRATADA deverá ainda fornecer/demonstrar as instruções técnicas sobre o mesmo;

A CONTRATADA será responsável pela manutenção dos equipamentos, caso venham a apresentar algum defeito durante a vigência do contrato;

A CONTRATADA após a assinatura do contrato, terá até 30 (trinta) dias corridos para a entrega e instalação dos equipamentos;

Deverá prestar assistência técnica permanente e sem ônus adicional à CONTRATANTE, quando necessário, para o bom funcionamento do equipamento;

Manter o equipamento, com seus pertences, em estado de servir ao uso a que se destina, fazendo assim, à sua custa, a conservação do equipamento, reparação e substituição de peças danificadas ou desgastadas em decorrência do uso normal, substituindo o equipamento na hipótese de problemas técnicos que inviabilizem a sua utilização;

Realizar manutenções periódicas MENSAIS dos equipamentos, com emissão de relatórios técnicos e leituras dos logs de eventos principais através do sistema remoto.

Transportar e instalar, às suas expensas, os equipamentos no local determinado pela CONTRATANTE;

Em caso de mudança de endereço do CREA-SP, a CONTRATADA poderá cobrar o mesmo custo da instalação orçado inicialmente para a implantação dos equipamentos, e deverá ser apresentado discriminadamente e cobrado de uma única vez, com os valores atualizados e corrigidos.

Promover curso e/ou treinamento gratuito sobre a utilização do equipamento conforme o modelo, no momento da instalação (start-up);

A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela conservação técnica, elétrica, mecânica e operacional dos equipamentos instalados, de modo a mantê-los em permanente, plena e eficaz capacidade produtiva, substituindo quaisquer peças, partes e componentes que se tornarem necessários por intermédio de pessoal seu e sem qualquer ônus, encargos ou responsabilidades para à CONTRATANTE, devendo os respectivos serviços serem executados, por sua conta e responsabilidade exclusivas; preferencialmente, durante o horário de expediente normal da CONTRATANTE.

A CONTRATADA Deverá desinstalar o sistema UPS – No Break atualmente em operação na sede Faria Lima antes de substituí-lo pelo novo sistema adquirido.

A CONTRATADA deverá possuir e alocar mão de obra qualificada para atendimento das demandas da CONTRATANTE, inclusive, para a instalação, configuração e resolução dos problemas durante toda a vigência do contrato.

A instalação deverá ser supervisionada por, no mínimo 01 (um) profissional de nível superior com registro definitivo ou “visto” no conselho regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP), na área de formação de engenharia elétrica e possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá, no momento da manutenção, executar os devidos testes, regulagens, ajustes e reparos necessários, incluindo a substituição de qualquer parte/peça eletrônica, mecânica, sem exceção, por outra, de forma a manter as características originais e funcionais dos equipamentos;

Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas com remoção parcial ou integral de qualquer equipamento para local de assistência técnica externo às dependências da CONTRATANTE, bem como seu retorno ao local de uso. Neste caso, a CONTRATADA deverá, às suas expensas, substituir os equipamentos danificados por outros de igual ou compatível com a capacidade operacional, e com as mesmas exigências e especificações dos equipamentos instalados inicialmente;

A CONTRATADA deverá promover adequadamente a limpeza de quaisquer resíduos decorrentes da realização dos serviços de manutenção dos equipamentos;

A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas (de infraestrutura e climatização) encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos;

Ficará a cargo da CONTRATADA a aplicação de qualquer material complementar necessário aos trabalhos, tais como, ferramentas, instrumentos de medição, lubrificantes, graxas, fluidos, produtos de limpeza, isolantes, etc.;

Os serviços de manutenção deverão ser realizados, exclusivamente, por técnicos especializados da CONTRATADA, com emprego de técnica aperfeiçoada e ferramentas adequadas para o tipo de equipamento emitindo relatório impresso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

contendo os serviços prestados; Correrão às expensas da CONTRATADA, tributos, fretes, taxas, seguros e despesas de quaisquer naturezas necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

4.1.2 DO ATENDIMENTO TÉCNICO:

A CONTRATADA deverá disponibilizar um serviço de Help Desk, que terá a função de receber e dar o devido atendimento e tratamento às solicitações feitas, mediante registro da ocorrência em sistema próprio, identificando cada atendimento individualmente por meio de um número/protocolo único (na abertura do chamado técnico). O solicitante deverá ser notificado por e-mail sobre a correspondente abertura e fechamento do registro da ocorrência.

Fornecer atendimento especializado 24x7x365 (vinte e quatro por sete, 365 dias por ano).

A empresa contratada deverá atender ao chamado do CREA-SP para regularizar anormalidades de funcionamento, procedendo à MANUTENÇÃO CORRETIVA, substituindo e/ou reparando materiais, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos e mecânicos, necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais, observadas as recomendações do fabricante e as normas regulamentares aplicáveis, independente das assistências técnicas, devendo, para tanto, disponibilizar sistema de comunicação eficaz para localização do responsável pela efetivação do serviço;

Os serviços de manutenção corretiva, programados regularmente, eventuais ou urgentes, demandados pela CONTRATANTE tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, tratam da execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades, a fim de que seja retomada a utilização o mais rápido possível, de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 18:00 horas.

A CONTRATADA atenderá às chamadas com a maior presteza possível, dentro do tempo de atendimento e do tempo de solução, estabelecidos a seguir:

Tempo de Atendimento: é o interregno de tempo decorrido entre o período da solicitação por telefone e/ou e-mail do CONTRATANTE até a efetiva chegada do técnico ao prédio do CONTRATANTE. O mesmo deverá ocorrer em um prazo de até 4 horas. Os casos divergentes serão avaliados e decididos pelas partes caso a caso;

Caso os equipamentos fiquem inoperantes, deverão ser substituídos em no máximo 4 (quatro) horas do atendimento do chamado, por outro equivalente técnico, caso não seja possível a manutenção para restabelecimento operacional;

O registro dos chamados será feito por telefone, e-mail, ou outra forma de contato disponibilizada pela CONTRATADA aprovada pelo CREA-SP, os quais deverão ser informados à CONTRATANTE no momento da assinatura do Contrato;

O prazo para atendimento do chamado será contado a partir do horário de envio e leitura do e-mail, ou horário de início da ligação telefônica;

A CONTRATADA deverá estar disponível para atender chamado 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, inclusive feriados e/ou dias não úteis;

Não haverá limites para o número de chamados, que dependerá das ocorrências em que ele seja necessário pelo CREA-SP

NMS (Níveis Mínimos de Serviço)

1 Todos os serviços fornecidos pela CONTRATADA deverão ser avaliados através de contratos de NMS (níveis mínimos de Serviço) com no mínimo as seguintes severidades:

1.1 Severidade Crítica: onde o sistema está totalmente indisponível, gerando impactos severos à operação do negócio. Prazo de resolução: 04 (quatro) horas úteis.

1.2 Severidade Alta: o sistema está parcialmente indisponível. Prazo de resolução: 10 (dez) horas.

1.3 Severidade Média: degradação no desempenho dos serviços. Prazo de resolução: 48 (quarenta e oito) horas.

1.4 Severidade Baixa: mudanças e/ou adequações nas funcionalidades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

DO ATENDIMENTO DOS CHAMADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

A empresa contratada deverá realizar, 1 (uma) visita mensal para vistoriar os No Breaks, verificando seu estado de funcionamento, para garantir seu perfeito funcionamento.

LOCAL E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO 1

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Térreo – Pinheiros – 01452-920, São Paulo – São Paulo

TIPO 2

Um nobreak em cada unidade:

Unidade 1) Rua Nestor Pestana, 87 - 1ª Sobreloja - Consolação - 01303-010

Unidade 2) Avenida Angelica, 2364, Consolação - São Paulo – SP, CEP 01228-200

4.1.3 DAS VISTORIAS

- 1 A visita técnica é facultativa e representará a oportunidade para os licitantes interessados conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais, não cabendo ao CREA-SP nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica, ou, pela não realização da visita técnica facultativa.
- 2 A visita técnica facultativa poderá ser realizada pelos licitantes para efetivo conhecimento dos serviços e condições que possam influir na elaboração da sua proposta. Deverá ser realizada por representante designado com credencial assinada pelo responsável da empresa (Diretor, Gerente ou Procurador), conferindo-lhe poderes para vistoriar as localidades onde serão prestados os serviços.
- 3 Assim sendo, caso o licitante que venha a ser contratado não tenha realizado a visita, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.
- 4 O prazo para a visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 5 Para o agendamento da visita técnica facultativa, o interessado deverá manter contato com o(a) Sr.(a) suporte da Equipe de Infraestrutura e Segurança da Informação - EISI, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 09:00h às 16:30h, pelo telefone (11) 3095-6484, ou e-mail: suporte@creasp.org.br.
- 6 Para a vistoria o representante credenciado pelo licitante para realização da visita técnica deverá se apresentar no local estabelecido, nas datas e horários agendados devidamente identificado.
- 7 Todos ônus e custos incorridos pelos mesmos, para efetuarem a visita, são de responsabilidade do licitante.
- 8 Quando da realização da visita técnica (facultativa) pelos interessados, o representante do CREA-SP emitirá Declaração de Vistoria.
- 9 A Declaração de Vistoria deverá ser entregue juntamente com os documentos de habilitação.
- 10 Sendo facultativa a visita técnica, a não realização desta não será motivo de inabilitação, porém, o licitante deverá entregar juntamente com os documentos de habilitação a declaração de renúncia de vistoria, que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e que, ainda, de pleno conhecimento dessas condições pré-existentis, assume a execução do objeto e isenta o CREA-SP de toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos que possa a vir a sofrer, em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4.2 - Natureza do Serviço

4.2.1 A prestação dos serviços será de natureza continuada

4.3 - Critérios de Sustentabilidade

4.3.1 Não se Aplica

4.4 - Prazo de Execução

- 4.4.1 1 O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

4.5 - Transição Contratual

4.5.1 A empresa contratada atual, pelo contrato Contrato 010/2020 realizado através do processo L 00096/2019, deverá seguir o plano de transição contratual correspondente, para a retirada do seu equipamento, em sinergia com a empresa contratada através deste processo, garantindo a continuidade do serviço prestado sem interrupção de fornecimento.

5 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1 1 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência.
- 2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 3 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.
- 4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal.
- 5 Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à consecução do objeto do Contrato.
- 6 Atestar a entrega do objeto, receber e promover o pagamento das faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo.
- 7 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 8 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por funcionário designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos.
- 10 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, de acordo com as medições feitas, mediante atestação pelo fiscal do Contrato.
- 11 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor dos serviços da CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 12 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.
- 13 Assegurar-se da qualidade dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- 14 Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da aplicação de sanções e eventuais alterações contratuais e realização de repactuações.
- 15 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 15.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
 - 15.2 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 15.3 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio Órgão ou entidade responsável pela contratação.

6 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1
 - 1 Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços contratados, em até 10 dias após a assinatura do contrato.
 - 2 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
 - 3 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
 - 4 Caberá à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais custos de deslocamento, estada e alimentação de seus profissionais envolvidos na prestação dos referidos serviços.
 - 5 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
 - 6 A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica capacitada para atender aos serviços contratados dentro dos prazos previstos.
 - 7 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos no trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
 - 8 Prestar esclarecimento ou informação solicitada pelo Crea-SP ou seus prepostos.
 - 9 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo às determinações dos Poderes Públicos e nas melhores condições de segurança e disciplina.
 - 10 Submeter previamente, por escrito, a este Regional, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
 - 11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização os seguintes documentos:
 - 11.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 11.2 Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 6.1**
- 1** Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços contratados, em até 10 dias após a assinatura do contrato.
 - 2** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
 - 3** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
 - 4** Caberá à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais custos de deslocamento, estada e alimentação de seus profissionais envolvidos na prestação dos referidos serviços.
 - 5** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
 - 6** A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica capacitada para atender aos serviços contratados dentro dos prazos previstos.
 - 7** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos no trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
 - 8** Prestar esclarecimento ou informação solicitada pelo Crea-SP ou seus prepostos.
 - 9** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo às determinações dos Poderes Públicos e nas melhores condições de segurança e disciplina.
 - 10** Submeter previamente, por escrito, a este Regional, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
 - 11** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização os seguintes documentos:
 - 11.1** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 11.2** Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 11.3** Certidões que comprovem regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - 11.4** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 11.5** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
 - 12** A responsabilidade da CONTRATADA é integral para o serviço contratado nos termos do Código Civil Brasileiro.
 - 13** Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone.
 - 14** Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos definidos pela Lei Federal nº 13.309, de 17 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no que se refere a tratamento de dados pessoais, à proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
 - 15** Executar os serviços utilizando para isso mão de obra de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, de forma que os serviços atinjam o fim especificado.
 - 16** Quando utilizar softwares de sua propriedade, o proponente deverá adotar versões e tecnologias compatíveis às adotadas pelo Conselho. Serviços prestados com ferramentas incompatíveis facultam a recusa dos mesmos por este Regional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 17** Dar ciência à Administração, através da Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, sem prejuízo de prévia comunicação verbal, caso a situação exija imediata providência;
- 18** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Conselho durante a execução dos serviços, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 19** Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da Administração;
- 20** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal que interfiram na execução dos serviços e nas normas internas de segurança e medicina do trabalho e meio ambiente;
- 21** Submeter-se às normas e condições expedidas pelo Crea-SP, quanto ao comportamento, discrição e urbanidade de seus empregados;
- 22** A empresa contratada deverá indicar preposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura do Contrato, informando os números de contato fixo e móvel e e-mail para contato; e
- 23** Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverão ser computados, nos preços unitários, todos os custos diretos e indiretos, treinamentos, reciclagens, tributos, tarifas, encargos sociais etc., necessários à completa e correta execução dos serviços. Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como dados incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de serviços especificados no prazo, entre outros.
- 24** A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços conforme estabelecido em Contrato e neste Termo de Referência, respeitando prazos, regras e acordos estabelecidos.
- 25** O não cumprimento dos prazos acarretará em descontos sobre o valor mensal da fatura.
- 26** Os prazos poderão ser flexibilizados quando da ocorrência de indisponibilidade de serviços e ferramentas sob responsabilidade do Crea-SP

7 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Não Se Aplica

8

- MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 - Rotinas de Execução

- 8.1.1** **1** Para início do Serviço será solicitada ordem de Serviço, emitida pela área solicitante, com anuência do Gestor do Contrato, no CREA-SP.
- 2** Após a emissão da ordem de serviço, a CONTRATADA deverá iniciar a execução dos mesmos de acordo com os prazos estipulados no NMS (Nível Mínimo de Serviço).
- 3** Fornecimento e implantação de versões atualizadas do sistema. A CONTRATADA deverá garantir a atualização de releases, upgrades e novas versões dos softwares propostos, bem como, incremento das evoluções e melhorias que foram desenvolvidas no período de vigência do Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4 A infraestrutura tecnológica necessária à prestação dos serviços, compreendendo software básico e de apoio, bem como as conexões física e lógica à rede do Conselho, será provida pela empresa contratada e deve estar operacional em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do Contrato. Esse prazo poderá ser alterado a critério do Crea-SP ou desde que acordado entre as partes.

5 O suporte à infraestrutura necessária ao desempenho das funções do contratado é de sua inteira responsabilidade.

6 A CONTRATADA deverá realizar reunião de ponto de controle relatando as atividades, eventos e situações ocorridas no período anterior.

7 A CONTRATADA deverá entregar um Plano de Trabalho, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, (independente do início das atividades, conforme o NMS estipulado), contados a partir da data de assinatura do Contrato, contendo no mínimo:

7.1 Planejamento da execução das atividades (cronograma);

7.2 Escala de atendimento do monitoramento das atividades (atividades e respectivo responsável/cargo);

7.3 Equipe que comporá a execução das atividades, com a quantidade de pessoas e suas funções; e

7.4 Gestão de serviços.

8 O Crea-SP avaliará o Plano de Trabalho fornecido pela empresa contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de entrega do referido Plano.

9 A Administração poderá solicitar alteração do Plano de Trabalho, caso julgue necessário e de comum acordo com a CONTRATADA.

10 Caso o Plano de Trabalho não seja aceito pelo Conselho, a empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da data da comunicação do fato, para efetuar todos os ajustes necessários para apresentação de um novo Plano. Neste caso, o Crea-SP terá novo prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da entrega, para avaliar o novo Plano.

11 Em caso de interrupção dos serviços aqui estabelecidos. A CONTRATADA concederá um desconto proporcional ao período interrompido, de acordo com o descrito no item das sanções e glosas. Para qualquer outro incidente, não previsto, deverá ser incluso imediatamente após a interrupção no documento de cobrança gerado para este serviço na seguinte proporção:

Desconto do mês (R\$) = (VMS/TTSP) x (TQANS)

Sendo:

VMS = valor mensal do serviço (R\$)

TQANS = tempo de quebra (não cumprimento) do acordo de nível de serviço

TTSP = tempo total do serviço prestado

1 CONTRATADA tem que fornecer o serviço técnico considerando e seguindo o acordo de Níveis Mínimos de Serviço – NMS definidos no item correspondente deste Termo de Referência.

1.1 O desconto sobre o valor mensal do serviço será de 5% (cinco por cento) por ocorrência em caso de qualquer descumprimento.

1.2 Para itens definidos no item das descrições de sanções deste Termo de Referência, a glosa se dará pelo cálculo de 1/3 avos do valor mensal total, por dia de atraso.

8.2 - Quantidade Mínima de Bens ou Serviços para Comparação e Controle

8.2.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de No-Breaks, conforme tabela abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Item	Descrição	Quantidade (Meses)	Apuração
1	Fornecimento de 2 (duas) UPS ligadas em paralelismo ativo (Para a unidade Faria Lima do CREA-SP) com instalação, cabeamento, manutenção e suporte, conforme especificação técnica.	36	Mensal
2	Fornecimento de 2 (duas) UPS (Uma para unidade Centro e outra para unidade Angélica) Tipo 2 com instalação, manutenção e suporte, conforme especificação técnica	36	Mensal

8.3 - Mecanismos Formais de Comunicação entre a Contratada e a Administração

- 8.3.1** 1 No prazo máximo de até 05 (cinco) dias da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá informar nome, telefone e e-mail de contato de preposto para comunicação e notificação, bem como esclarecimento de dúvidas de quaisquer naturezas quanto aos serviços contratados.
- 2 A CONTRATADA, quando necessário, deverá se reportar à Gerência Gex - Gerencia Executiva, (gestora do contrato) ou à Equipe de Infraestrutura e Segurança da Informação – EISI (fiscalização administrativa e técnica) deste Regional.

8.4 - Forma de Pagamento em Função dos Resultados

- 8.4.1** 1 O Crea-SP efetuará o pagamento mensalmente, conforme medição efetuada dos serviços executados, até 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao atesto da Nota Fiscal ou Fatura.
- 2 A Nota Fiscal / Fatura, deverá ser entregue na Sede Faria Lima, na Equipe de Infraestrutura e Segurança da Informação – EISI, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 3º andar – Pinheiros – CEP 01452-920 – São Paulo/SP, ficando a CONTRATADA obrigada a encaminhar os documentos abaixo relacionados acompanhando a mesma:
- 2.1** Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social – Certidão de Regularidade Fiscal perante a Receita Federal - CND
- 2.2** Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- 2.3** Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos Termos da Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011 e à Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.
- 3** A nota fiscal deve conter, no mínimo, as seguintes informações:
- 3.1** Razão Social;
- 3.2** CNPJ;
- 3.3** Endereço do Crea-SP;
- 3.4** Número do Contrato;
- 3.5** Descrição dos serviços prestados conforme objeto contratual; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

3.6 Valor dos impostos e encargos incidentes e total cobrado do CREA-SP.

- 4** O Crea-SP verificará a regularidade prevista nos subitens acima, por ocasião do recebimento da nota fiscal/fatura prevista no item acima.
- 5** Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA caso seja constatada a falta de regularidade prevista nos subitens acima, ficando o pagamento suspenso até sua efetiva regularização, sem que isto implique em qualquer ônus para o Crea-SP.
- 6** A nota fiscal/fatura será analisada, minimamente, quanto aos itens a seguir descritos:
- 6.1** Correlação entre os valores indicados na nota fiscal/fatura e da proposta da empresa.
 - 6.2** Ausência de emendas ou rasuras na nota fiscal/fatura.
 - 6.3** O correto preenchimento dos dados do Crea-SP (nome, CNPJ, dados contratuais) e da discriminação dos serviços.
 - 6.4** Pertinência dos cálculos aritméticos da nota fiscal/fatura – o valor total deverá corresponder ao somatório dos valores individuais lançados na mesma.
 - 6.5** Correlação entre o valor da nota fiscal e os valores empenhados.
 - 6.6** Correlação entre o CNPJ da CONTRATADA e o constante na proposta e na nota de empenho.
 - 6.7** Verificação de autenticidade quando se tratar de Nota Fiscal Eletrônica.
- 7** Caso a nota fiscal apresente valor inferior ao correto a faturar, a empresa será cientificada da divergência ocorrida.
- 8** Em se tratando de nota fiscal com valor superior ao correto a faturar, a empresa poderá ser instada a autorizar para a glosa da diferença apurada ou a substituição da nota fiscal, firmando-se o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atendimento.
- 9** Caso não seja possível atestar a nota fiscal, esta será devolvida à empresa, acompanhada de comunicação oficial com a exposição dos motivos que ensejaram a não atestação, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.
- 10** O Crea-SP efetuará retenção de impostos eventualmente incidentes sobre o valor do serviço, conforme previsto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e anexo.
- 11** A CONTRATADA é responsável pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre os serviços contratados.
- 12** Se a CONTRATADA descumprir qualquer termo ou condição a que se obrigar no presente certame, por sua exclusiva culpa, poderá a Administração reter o pagamento, até que seja sanado o respectivo inadimplemento, não sobrevivendo, portanto, qualquer ônus ao Conselho resultante desta situação.
- 13** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREA-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula, conforme previsto no ANEXO XI da IN 05/2017:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100)$

$I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.4.2 DO REAJUSTE DE PREÇOS

1. Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme disposto no parágrafo segundo do artigo 92, da Lei 14.133/2021.
2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)
3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 - Metodologia/Formas de Avaliação da Qualidade e Adequação da Solução às Especificações Funcionais e Tecnológicas

9.1.1 Metodologia/Formas de Avaliação da Qualidade e Adequação da Solução às Especificações Funcionais e Tecnológicas

- 1 Os serviços serão avaliados pelo Fiscal Técnico e/ou Gestor do Contrato, com base nas especificações constantes deste Termo de Referência

10 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 10.1**
- 1** A fiscalização técnica ficará sob a responsabilidade da Equipe de Infraestrutura e Segurança da Informação – EISI.
 - 2** O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos mesmos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, que serão exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, na forma da lei 14.133/2021.
 - 3** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
 - 4** O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
 - 5** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, se for o caso, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
 - 6** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições e problemas técnicos e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Crea-SP ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11 - Bens e Serviços					
	Bem/Serviço	Qtd.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Fornecimento de 2 (duas) UPS ligadas em paralelismo ativo (Para a unidade Faria Lima do CREA-SP) Tipo 1, com instalação, cabeamento, manutenção e suporte, conforme especificação técnica	36	Meses	11.730,00	422.280,00
2	Fornecimento de 2 (duas) unidades UPS Tipo 2 (Para as unidades Centro e Angélica do CREA-SP) com instalação, manutenção e suporte, conforme especificação técnica	36	Meses	5.533,34	199.200,24
Valor Total (R\$)					621.480,24

12 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas são as mínimas necessárias para o funcionamento das unidades Angélica, Centro e Faria Lima do CREA-SP. Sendo a contratação de uma unidade UPS para cada unidade.

As capacidades em KVA foram estimadas da seguinte forma:

Unidade Faria Lima: Mantém a capacidade atual, de 60Kva, que vem atendendo a necessidade do Conselho.

Unidades Angélica e Centro a capacidade foi estimada de 15Kva baseada na quantidade de equipamentos, listados abaixo, que devem ficar ligados por um período de até 8 horas em caso de falta de energia:

- 2 firewalls Block Bit
- 1 controladora Cisco 5520
- 6 roteadores da Telefônica
- 6 modems da Telefônica
- 1 equipamento Datacom para comunicação do anel óptico
- 3 Switches com PoE para alimentação dos Access Points



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

13 - PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇO

Planilha para cotação de preços na modalidade locação

Item	Descrição	Qtd (meses)	Valor Mensal R\$	Valor total (36 meses)
1	Fornecimento de 2 (duas) UPS TIPO 1 ligadas em paralelismo ativo (Para a unidade Faria Lima do CREA-SP) com instalação, cabeamento, manutenção e suporte, conforme especificação técnica	36		
2	Uma Unidades UPS TIPO 2 (para a unidade Centro do CREA-SP) com todos os serviços incluídos: instalação, manutenção, suporte, conforme definidos na especificação técnica	36		
3	Uma Unidades UPS TIPO 2 (para a unidade Angélica do CREA-SP) com todos os serviços incluídos: instalação, manutenção, suporte, conforme definidos na especificação técnica	36		
TOTAL GERAL				

14 - FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Conta orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.005 – Serviços de Informática – PJ

15 - LOCAIS DE ENTREGA

15.1 ENDEREÇOS

Unidade Faria Lima

Endereço: Av Brigadeiro Faria Lima 1059 - Jardim Paulistano São Paulo, SP
Bairro: Avenida Faria Lima
Cidade: São Paulo
Estado: SP
CEP: 01452-920

Unidade Angélica

Endereço: Avenida Angelica, Nº 2364
Bairro: Consolação
Cidade: São Paulo
CEP: 01228-200



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Unidade Centro

Endereço: R. Nestor Pestana, 87

Bairro: Consolação

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 01302-000

16 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO	() Empreitada	(X) Preço Global	() Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	(X) Global	() Por Lote	() Por Item

16.1 - Qualificação Técnica

- 16.1.1** 1 Os requisitos solicitados para qualificação são exigências usuais de mercado para o objeto contratado.
- 2 Devido a natureza Técnica do objeto, a empresa CONTRATADA deverá possuir:
- 2.1 registro ou visto da empresa Contratada no CREA-SP,
- 2.2 registro ou visto do profissional e o vínculo do mesmo, conforme redação que consta do item Especificações Gerais abaixo mencionada.
- 3 A instalação deverá ser supervisionada por, no mínimo 01 (um) profissional de nível superior com registro definitivo ou “visto” no conselho regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP), na área de formação de engenharia elétrica e possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA.
- 4 Atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a licitante, executou serviços com características técnicas semelhantes, compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação e que tenham sido cumpridas as condições estabelecidas na respectiva contratação.
- 5 O(s) atestado(s) deve conter a identificação do signatário (nome e telefone para contato outro meio que permita ao CREA-SP manter contato com a sociedade atestante), deve(m) ser apresentado(s) em papel timbrado da pessoa jurídica e deve(m) indicar as características e descrição dos serviços prestados pelo proponente.

16.2 - Critérios de Seleção

16.2.1 - Critérios Gerais

- 16.2.1.1** 1 O Julgamento das propostas deverá ser realizado tendo como critério “o menor preço”

16.2.2 - Subcontratação

- 16.2.2.1** Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste certame licitatório.

16.2.3 - Formação de Consórcios

- 16.2.3.1** Não será permitida formação de Consórcio

16.2.4 - Alteração Subjetiva



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

16.2.4.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

16.2.5 - Garantia Contratual

16.2.5.1 Não será exigida garantia contratual

17 - PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

17.1 - Sanções Aplicáveis

	Evento	Ocorrência	Sanção/Multa
1	O não cumprimento de prazo estipulado no nms (nível mínimo de Serviço) será considerado como inexecução parcial. Glosas não são consideradas Sanções, e são aplicadas pelo não cumprimento, independentemente da sanção administrativa correspondente, que pode ser aplicada pela inexecução parcial do objeto	3	(1) - multa compensatória de até 1% do valor do contrato, dependendo da obrigação descumprida. (2) - glosa de 1/30 avos por dia de atraso, do valor do período, independente da justificativa.
2	O não cumprimento de prazo estipulado no nms (nível mínimo de Serviço) será considerado como inexecução parcial. Sanção aplicável, independentemente da sanção administrativa correspondente, que pode ser aplicada pela inexecução parcial do objeto	1	advertência
3	O não cumprimento de prazo estipulado no nms (nível mínimo de Serviço) será considerado como inexecução parcial. Glosas não são consideradas sanções, e são aplicadas independentemente da sanção administrativa correspondente, pela inexecução parcial do objeto.	2	(1) - Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total contratado. (2) - glosa de 1/30 avos por dia de atraso, do valor do período, independente da justificativa

17.2 - Sanções Administrativas

17.2.1

1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) moratória de 10% (10 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

1 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Obs. os percentuais em amarelo deverão ser preenchidos de forma coerente em relação ao valor estimado da contratação para tornar a multa viável.